



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0016948-51.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Erich Sigolo**  
 Requerido: **Fast Shop Comercial Ltda e outro**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

### CONCLUSÃO

Aos 17 de novembro de 2014, faço estes autos  
 conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.  
 Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**  
 Eu,....., esc., digitei e subscrevi.  
 Processo nº 1689/12

Vistos.

Fls. 204/206:

Melhor analisando os autos, verifico que houve erro material na decisão de fls. 191/199, especificamente no primeiro parágrafo do dispositivo (fls. 198), onde não constou o valor de R\$ 106,95 (valor da contratação da garantia estendida).

Assim, como se trata de erro material, passível de correção a qualquer tempo (nesse sentido confira-se TJSP, AI, 0192888-79.2012.8.26.0000, relatado pelo Desembargador Edson Ferreira e julgado em 05/02/2013), RETI-RATIFICO o dispositivo da decisão de fls. 191/199 para que no primeiro parágrafo do dispositivo (fls. 198) passe a ter a seguinte redação:



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

"Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a presente ação, para o fim de condenar as requeridas, FAST SHOP COMERCIAL LTDA., e MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, solidariamente, a pagar ao autor, ERICH SIGOLO, a quantia paga pela aquisição do celular objeto da inicial, com correção monetária, a contar do desembolso, e mais o valor de R\$ 106,95, pago a título de contratação da garantia estendida, tudo acrescido de correção monetária, a contar do desembolso, acrescida de juros de mora á taxa legal a contar da citação".

No mais, os argumentos lançados pelo embargante, deixam claríssimo o efeito infringente/inconformismo com o que foi decidido, a ser perseguido na via recursal própria.

P. R. I.

São Carlos, 20 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**